

Clínica da precariedade de gênero e sexualidade: trauma, sofrimento psíquico e as produções da (a)normalidade

Marcos de Jesus Oliveira¹

Resumo: Apoiado nos conceitos de precariedade de Judith Butler e de trauma e simbolização da tradição psicanalítica, pretende-se explorar as nuances do sofrimento psíquico de pessoas da comunidade LGBTQIA+ decorrente da violência homo/transfóbica em sua dimensão ético-política. Assim, o ensaio apresenta um conjunto de reflexões sobre os modos pelos quais os efeitos traumatogênicos da violência homo/transfóbica cumpre uma função fundamental na dinâmica de normalização das identidades sexuais e de gênero orientada pelo regime da heterossexualidade compulsória, a grade de inteligibilidade sócio-histórica das manifestações de corpo, de gênero e de sexualidade do ocidente moderno. Além de tentar descrever a dinâmica de produção das identidades gendradas, a hipótese sobre o efeito traumatogênico da violência homo/transfóbica visa a explicar a maior incidência de depressão, ansiedade e comportamentos de risco como as tentativas de suicídio e a automutilação entre a população LGBTQIA+ do que entre a população heterossexual assim como discutir a condução analítica mais adequada a tais incidências clínicas. O conceito de “estruturas negativas”, elaborado em diálogo com a psicanálise, insinua as formações intrapsíquicas cujas manifestações clínicas se revelam na expectativa de rejeição sentida por pessoas LGBTQIA+ e na homo/trans-negatividade internalizada que, não sendo opostas às – ou desvinculadas das – formações intersubjetivas, são expressões do poder na conformação da vida psíquica do sujeito. Finalmente, argumenta-se em favor de uma escuta clínica em que a transferência e a contratransferência sirvam de horizonte à continência das formas de sofrimentos psíquicos ofuscados pela heterossexualidade como gramática social de reconhecimento hegemônica, pois a ausência deste reconhecimento pelo analista contribui para que o sofrimento de pessoas LGBTQIA+ fiquem fora do campo da representação/simbolização, dificultando a apropriação subjetiva pela qual o efeito traumatogênico da violência homo/transfóbica poderia ser ressignificada no processo psicoterapêutico.

Palavras-chave: psicanálise, clínica, LGBTQIA+, trauma, Judith Butler.

¹ Professor-Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília com estágio no Center for Interdisciplinary Gender Studies do Departamento de Sociologia e Política Social da Universidade de Leeds (Reino Unido). Pós-doutorado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

“Vida precária” é a expressão pela qual Judith Butler designa uma “condição imposta politicamente [que] maximiza a vulnerabilidade e a exposição das populações, de maneira que ficam expostas à violência estatal, à violência da rua ou doméstica, assim como a outras formas de violência não autorizadas pelos Estados, mas diante das quais seus instrumentos judiciais não oferecem proteção ou restituição” (BUTLER, 2017, p. 40). Apoiado nessa ideia, a “clínica da precariedade de gênero e sexualidade” é uma tentativa de descrever o sofrimento psíquico em sua dimensão ético-política, como produzido pelo regime da heterossexualidade compulsória² cuja configuração sócio-histórica impõe os limites da inteligibilidade sexual, de gênero e corporal (BUTLER, 2009) no ocidente moderno. A hipótese sobre a qual se assentam as reflexões a seguir é que o sofrimento psíquico causado a comunidade LGBTQIA+ integra a malha biopolítica (FOUCAULT, 2008) de normalização das identidades sexuais e de gênero, delimitando as formas legítimas ou ilegítimas de viver o corpo, o gênero e a sexualidade.

A noção de precariedade referida acima guarda algumas relações com a ideia de desamparo [*Hilflosigkeit*] de Freud (2010). A preferência de um termo a outro não é fortuita, mas orientada pela possibilidade de ressonância mútua, permitindo um diálogo entre uma categoria de análise política e o pensamento clínico psicanalítico desenvolvido ao longo do texto. Ao falar em precariedade, Butler toma o cuidado para não construir uma ontologia em torno da ideia, evitando pensá-la fora das relações de poder historicamente construídas. O sofrimento não é uma realidade objetiva a espera de um observador que o descreva, mas dependente de gramáticas sociais que delimitam quais são os sofrimentos que valem ou não a pena, aqueles que são dignos de consideração pública. No âmbito da teoria da precariedade (BUTLER, 2017), a vida não é um fato meramente biológico, estando condicionada por teias de normatividades

² A heterossexualidade é aqui entendida como um regime político (RICH, 1993; WITTIG, 1994) e um dispositivo de saber/poder moderno (SEDGWICK, 1990).

sociais que podem protegê-la ou colocá-la em perigo. A noção tensiona as concepções de luta construídas em torno de parâmetros exclusivamente identitários, pois distintos grupos como mulheres, negros e LGBTQIA+ vivenciam situações de exclusão e de violência parecidas.

A descrição da microfísica pela qual se produzem os traumas psíquicos àqueles que escapam aos padrões socialmente sancionados fundamentará a hipótese de que a violência homo/transfóbica³ é condição de possibilidade da normatividade heterossexual. A postulação da hipótese do efeito traumatogênico da violência homo/transfóbica como normalizadora das identidades sexuais e de gênero visa a explicar uma maior incidência de depressão, ansiedade e comportamentos de risco como as tentativas de suicídio e a automutilação entre a população LGBTQIA+ do que entre a população heterossexual⁴. Conforme veremos, a identificação com o agressor é parte da dinâmica de produção das identidades gendradas imposta pelo grupo dominador com a pretensão de fazer com que o agredido assuma seu ponto de vista e não se rebele contra a opressão, razão pela qual o trauma segue como afeto não-representado e como condição necessária à hegemonia da heteronorma. A violência homo/transfóbica é dupla: de um lado a violência propriamente dita, de outra, a negação desta violência. Tal compreensão implica uma reelaboração dos termos de certo debate psicanalítico sobre trauma segundo o qual o sofrimento psíquico está sempre ligado à falha da

³ Uso o termo violência homo/transfóbica de forma ambígua, ora como um tipo de violência instrumental cuja operação não se realiza apenas sobre os corpos de pessoas autodenominadas LGBTQIA+, mas sobre todos os corpos como forma de normalização sexual, ora como uma violência exclusiva que recai sobre pessoas autodenominadas LGBTQIA+.

⁴ Para mais detalhes, consultar: BHAMBHANI et al, 2019; BLOSNIICH et al, 2020; BRÄNSRÖM & PACHANKIS, 2018; BURTON et al, 2013; COCHRAN et al, 2003; DIAZ et al, 2001; DONAHUE et al, 2017; DYAR et al, 2019; DUNN et al, 2013; ESPELAGE et al, 2018; HAYES et al, 2011; HENDRICKS & TESTA, 2012; HORVATH et al., 2018; KERTZNER et al, 2009; KING et al, 2008; KRALIK & SKINNER, 2018; LEA et al, 2014; LEFEVOR et al, 2019; MAYS & COCHRAN, 2001; MEYER, 1995, 2003, 2015; MORANDINI et al, 2015; O'BRIEN et al., 2018; PARRA et al, 2016; PUCKETT et al, 2015; ROSARIO et al, 2005; ROTHERAM-BORUS et al, 1994; SAFREN & HEIMBERG, 1999; SAVIN-WILLIAMS, 2001; SCHNEIDER et al, 1991; TAN et al, 2020; TEBBE et al, 2012; VALDISERRI et al, 2018; WALLACE & SANTACRUZ, 2017; WEBER & DODGE, 2018.

representação de um objeto primário ocorrida durante a fase de desenvolvimento pré-verbal, às primeiras figuras de apego.

A gramática heterossexual do sexo/gênero/desejo opera pela produção de corpos abjetos (BUTLER, 2009), definindo a linha que separa o normal do anormal, a ruptura entre ser e não-ser. Há um continuum entre os corpos que, apesar de diferentes, ainda são considerados heterossexuais em contraposição àqueles cuja diferença é definida como reveladora de uma descontinuidade que justifica sua exclusão do padrão de normalidade. A homo/transfobia que se expressa na forma de gestos, olhares reprovadores, xingamentos e “brincadeiras” culturalmente aprovadas e repetidas no horizonte de uma temporalidade exaustiva vetoriza a materialização da descontinuidade cuja consequência são falhas na experiência simbólica de constituição do sentimento de *self* do sujeito e de sua regulação afetiva. Nesse sentido, o próprio da experiência traumática está em interromper o sentimento de continuidade do sujeito com o ambiente (WINNICOTT, 1998).

A expectativa de rejeição, a vitimização assim como a homo/trans-negatividade internalizada⁵ em decorrência da homo/transfobia autorizada pela cultura heterossexual hegemônica fazem parte das existências LGBTQIA+. A ausência do reconhecimento social da homo/transfobia implica um sofrimento fora do campo da representação, dificultando a apropriação subjetiva pela qual o efeito traumatogênico da violência homo/transfóbica que se manifesta pela agressão física e/ou verbal e pela negação desta agressão poderia ser (res)significado. Decorre que a clínica da precariedade, aquela dedicada a cuidados de pessoas vítimas de homo/transfobia, requer uma escuta sensível às dificuldades de simbolização de uma experiência quase inominável, de um desejo que não ousa dizer seu nome, já que a

⁵ As expressões “expectativa de rejeição”, “vitimização” e “homo/trans-negatividade” são retiradas dos teóricos e pesquisadores do estresse de minoria (cf., por exemplo, MEYER, 1995, 2003, 2015), e esta escolha se justifica pela possibilidade de diálogo com conceitos apresentados ao longo do texto.

violência homo/transfóbica está naturalizada na normatividade heterossexual e opera como “mensagem enigmática”, introduzindo elementos não-pensáveis.

Para sustentar o conjunto de afirmações até aqui apresentadas de forma sintética e peremptória, ademais dessa breve introdução, o ensaio segue com reflexões sobre a constituição do *self* e do papel deste na regulação afetiva assim como sobre os efeitos do trauma na produção da heteronorma. O ensaio avança com a apresentação da discussão da violência homo/transfóbica, descrevendo a racionalidade pela qual produzem – ou pretendem produzir – a conformação dos sujeitos aos padrões cis-heteronormativos. Falarei em “estruturas negativas” para insinuar as formações intrapsíquicas que, não sendo opostas às intersubjetivas, atuam na conformação das identidades heteronormativas. Finalmente, a título de conclusões finais, argumento a favor de uma escuta em que a transferência e a contratransferência sejam tomadas como contributos à continência dos sofrimentos psíquicos resistentes à simbolização por estarem fora das gramáticas públicas de reconhecimento social.

Trauma, regulação afetiva e sentimento de *self*

O objetivo deste tópico é debater a concepção de trauma em psicanálise e suas consequências para a constituição do sentimento de *self* (narcisismo), tornando inteligíveis as hipóteses sobre as quais o presente trabalho se assenta. Esta aproximação entre *self* e narcisismo se ancora em algumas ideias tomadas de Donald Winnicott (2020) e de outros teóricos dessa tradição, para se referir a uma instância psíquica de autorrepresentação de si. Para não cairmos em uma leitura patologizante ou psicologizante, o narcisismo será tratado não apenas como o momento de distinção entre eu e outro, mas também como um momento em que o reconhecimento – ou não – do eu ocorre no interior dessa distinção (BUTLER, 2017b). Para dizê-lo de outro modo, não se deve pensar o interior/exterior como fronteiras fixas, mas como resultantes das

relações de poder pela qual a inteligibilidade do sujeito advém (ou não). O processo de diferenciação entre o interno e o externo resulta de práticas de saber/poder cuja racionalidade institui certas formas de sujeitos como normais e outras como patológicas.

Posto isto, o trauma diz respeito a uma energia psíquica para qual o aparelho mental não encontra possibilidade de representação em seu interior, fazendo-o circular de forma livre. Não encontrando representações que sirvam de dutos de escoamento, o excesso pulsional se torna mortífero, produzindo dor e sofrimento. O afeto não-ligado assola a homeostase psíquica cuja consequência pode ser a diminuição de sua atividade a ponto de produzir estados de depressão ou, ainda, a descarga do afeto na forma de sintomas corporais como ansiedade e/ou de atos impulsivos. O trauma tem consequências para o sentimento de *self*, pois este sentimento está ligado à percepção da capacidade do sujeito de regular a tonalidade de seus afetos (FONAGY et al, 2010; HILL, 2015).

A normatividade (hetero)sexual produz experiências traumáticas para aqueles sujeitos cuja pulsionalidade não encontra, nos padrões culturalmente elaborados, uma relativa satisfação. Deve-se enfatizar o termo “relativa” já que há uma tensão contínua entre pulsão e objeto: a pulsão é moldada segundo as formas do objeto, mas o objeto também se vê obrigado a mudar pela pressão pulsional⁶. As expressões “micro-trauma” e “trauma cumulativo” cuja origem é comumente atribuída a Masud Khan (KHAN, 1963) ajuda a entender o processo descrito. A expressão micro-trauma se contrapõe à visão hegemônica segundo a qual o trauma seria decorrente de um evento específico localizável no tempo e no espaço. A experiência traumática pode ser mais difusa e não estar ligada a uma situação específica circunscrita em tempo e espaço determinados. A sucessão de experiências a que a ideia de cumulativo está vinculada revela uma naturalização de determinadas práticas culturais que não são vistas ou tratadas como

⁶ Esta leitura está em débito para com a concepção de objeto e pulsão de André Green (2014).

violência traumatizante, como as práticas de microagressão que visam a produção de corpos heterossexuais.

A opção por pensar o sofrimento decorrente da violência homo/transfóbica pela noção de trauma exige a reelaboração do pressuposto comumente partilhado em psicanálise de que a simbolização é uma capacidade que, uma vez adquirida nos primórdios da infância, se torna interna ao sujeito na idade adulta. Por considerar que somos seres posicionais, o sujeito pode funcionar de uma forma em um determinado contexto e de outra radicalmente diferente em situação diversa. É preciso não estabelecer hierarquias entre os chamados processos de simbolização primário e secundário⁷ para dar conta da heterogeneidade e o polimorfismo dos processos de simbolização e representação. Há uma querela científica para saber se a criança, ao nascer, possui algum nível de simbolização e não pretendemos resolvê-la aqui. Para além disso, importa acentuar que a criança está desde sempre imersa em um campo simbólico e, ainda que não possa exercer uma capacidade simbólica, adultos o farão por ela. Assim, mantemos a ideia da permanência de uma exterioridade social como suporte para os processos de simbolização bem como o argumento segundo o qual a separação entre processos de simbolização primário e secundário é apenas um recurso heurístico.

A dificuldade de simbolização é comumente atribuída às falhas dos objetos primários de amor em sua função continente (BION, 2015) ou em sua capacidade de *holding* (WINNICOTT, 1998). Ao falhar, o objeto deixa de dar ao sujeito àquilo que é necessário para sua sobrevivência e desenvolvimento, fazendo-o experienciar situações para os quais seu psiquismo não está preparado. Estou de acordo com a ideia

⁷ Na teoria de simbolização de René Roussillon (1999, 2019), o processo de simbolização acontece em três tempos. Inicialmente, há os “dados brutos”, traços mnésicos, manifestações sensorio-motoras como afetos, emoções, sensações visuais e/ou auditivas etc. Em seguida, essas manifestações são significadas a partir da designação freudiana de representação-coisa, uma primeira forma de representação ainda baseada na percepção do objeto, em sua presença. Finalmente, a representação-palavra seria o estágio final em que a representação se torna totalmente linguagem e assume uma relativa independência em relação à concretude dos fatos.

desenvolvida por André Green (1988) de que a falha na representação de um objeto primário no período de vida pré-verbal de uma criança tende a ter consequências para o desenvolvimento de sua capacidade de simbolização vindoura. Os efeitos da falha estão muito bem documentados, de distintas maneiras e com diferentes enfoques, nos estudos de René Spitz (1979), John Bowlby (2003) e Michael Balint (2014) e Wilfred Bion (1965), por exemplo. No entanto, a conquista de uma representação do objeto primário não pode ser vista como uma conquista que se dá de uma vez por todas. Tal visão é coerente com aquilo que afirmei no início, de que o sofrimento psíquico é resultado de normativas sociais, e não apenas de um microcosmo familiar cuja descrição no discurso psicanalítico tende a concebê-lo desencarnado das condições históricas que o tornam possível.

A visão até então apresentada tem como consequência pensar que as possíveis dificuldades de pessoas LGBTQIA+ vítimas da violência homo/transfóbica na constituição de seu sentimento de *self* não precisa ser localizado, *necessariamente*, em falhas na simbolização na fase pré-verbal de desenvolvimento ou na resolução dos conflitos edípicos, a menos que se considere que no período pré-verbal já há uma série de expectativas de cunho heterossexual depositada pelos pais e/ou cuidadores e que Édipo é um dispositivo de heterossexualização do desejo. A concepção que situa as falhas de simbolização no período pré-verbal tende a ofuscar o papel da heteronormatividade na produção do trauma, pois a imensa maioria dos psicanalistas entende a construção das identidades sexuais e de gênero fora do âmbito de uma violência produzida pela heteronormatividade. Poderíamos falar de uma patologia do social para insinuar que a heteronorma se estrutura pela produção de sofrimentos psíquicos àqueles que não se adequam a sua grade de inteligibilidade.

Ao propor isso, estou tentando desconstruir a ideia segundo a qual o sofrimento apresentado por pessoas LGBTQIA+ decorre exclusivamente de falhas no período pré-edípico ou na resolução dos conflitos edípicos, para localizá-lo na violência da

heteronorma cuja socialização é amiúde feita pelos agentes primários de cuidado que tendem a partilhar da normatividade sexual hegemônica, mas não apenas eles, pois outras instituições sociais também operam pela violência heteronormativa como a igreja, a escola etc. Não se trata apenas de uma mudança na localização do trauma, mas de repensar a simbolização não como um fato acabado de um determinado período da trajetória histórica do sujeito, mas como um processo constante em atualização, dependente de práticas sociais que garantem sua repetição e materialidade ao longo do tempo. Afinal, a violência heterossexual traumatizante atravessa toda a existência do sujeito, da concepção à morte. A articulação entre os paradigmas intrapsíquicos e intersubjetivos, ou, em linguagem psicanalítica, entre o pulsional e as relações de objeto (GREEN, 2014), é uma premissa fundamental do presente estudo. De nada adianta um “cuidado suficientemente bom” do ponto de vista da satisfação das necessidades do infante se as normas sociais pela qual o sujeito deve se constituir institui modalidades de sofrimento psíquicos àqueles que se situam fora da normatividade.

Existiria, em psicanálise, uma espécie de “período crítico” em que a simbolização ocorreria mediante um conjunto de ações específicas. Tal suposição se ancora no fato de que a simbolização é vista como uma capacidade interna seja ela decorrente do amadurecimento de estruturas físico-orgânicas seja ela decorrente de um amadurecimento psicológico. A esta visão é importante contrapor que a simbolização é um processo que, mesmo tendo sido relativamente internalizado, segue dependente de processos externos, pois a cultura comporta a ambiguidade de ser a produtora do mal-estar, mas também de relativo bem-estar. A afirmação pretende apenas acentuar a simbolização como um processo essencialmente psicossocial cuja configuração está em constante mudança e transformação como as fronteiras da garrafa de Klein ou a banda de Moebius (LACAN, 2009) cuja construção faz variar e confundir os limites entre interno e externo.

Finalmente, é importante dizer, a experiência traumática comporta uma estrutura bifásica (FERENCZI, 1992): de um lado, a violência homo/transfóbica propriamente dita em seus contornos verbais e/ou físicos, de outro, a negação desta violência. A negação da violência – operação transativista – pretende produzir uma identificação do agredido com o ponto de vista do agressor para que não haja revoltas contra a normatividade opressora. Na escuta clínica, a dor da violência homo/transfóbica parece se intensificar diante da impossibilidade de entender as razões de uma violência que incide sobre o sujeito pelo simples fato de ser o que se é. A auto-culpabilização pela violência sofrida é uma manifestação do poder, de um poder que pretende talhar a pulsionalidade contra o próprio sujeito. Dessa perspectiva, em sociedades heterossexistas, não se garante a repetição da heteronorma apenas pela prescrição de comportamentos, mas também pela indução de um conjunto de sentimentos (culpa, medo, vergonha, desprezo, ódio, nojo etc.) que conforma a vida psíquica do sujeito como uma experiência gendrada e permeada pelo poder.

A racionalidade e os efeitos da violência homo/transfóbica

Os micro-traumas decorrente da racionalidade heteronormativa são transmitidos como “mensagens enigmáticas” (LAPLANCHE, 1987, 2015), pois o sujeito não possui recursos internos/externos para processar/traduzir as mensagens normativas comprometidas com o inconsciente (hetero)sexual de quem emite. Às vezes, é só muito tardiamente que um determinado ato praticado é entendido como fora dos padrões normativos numa significação retroativa (*Nachträglichkeit*). As mensagens enigmáticas depositados nos corpos infantis são os repúdios dos apegos homossexuais que fundam, segundo Judith Butler (2017b), a identidade heterossexual, ou, melhor dizendo, são depositadas as ansiedades relativas a este apego. Funcionando, às vezes, como aquilo que não pode ser utilizado pelo pensamento para ser pensado, podem

permanecer como pressão por tradução ao longo da trajetória do sujeito sem necessariamente alcançar um sentido. Além do repúdio aos apegos homossexuais, numa perspectiva de ampliação do *insight* butleriano, há um depósito de expectativas cissexuais, ansiedades relativas à aceitação ou recusa da atribuição forçada do sexo/gênero. A cultura serve de correia de transmissão para os traços mnésicos inconscientes repudiados pela heteronormatividade cuja difusão pode ocorrer de forma consciente, mas geralmente assume formas inconscientes.

Aquilo que não é aceito pela ordem heterossexual retorna na forma de abjeto projetado sobre corpos que desafiam a normatividade. A violência homo/transfóbica se transmite amiúde pela projeção desses elementos manifestos em termos de sentimentos de culpa e de ódio própria à experiência traumática como descrita por Sandor Ferenczi (FERENCZI, 1992, 1992b). Esses afetos se dirigem àquilo que não se adequa à gramática do sexo/gênero heterossexual, produzindo, em alguns casos, uma estrutura superegógica cruel⁸ e sádica cujo funcionamento, em situações extremos, se assemelha à estrutura psicótica de “ataques aos vínculos” (BION, 2022). A violência homo/transfóbica quando exercida de forma contínua e reiterada produz inibições no ego e, em alguns casos, se torna uma experiência psicotizante, de perdas de limites. A censura até então externa se volta contra o próprio sujeito em forma de autorregulação, uma negação de si que culmina, em alguns casos, no suicídio ou no sentimento de impotência.

A estrutura superegógica compõe o que chamo de “estruturas negativas” explicadas a seguir e desempenham um papel importante na normalização sexual. Por ora, convém dizer, a mensagem se torna enigmática porque o sujeito não entende as razões da violência contra sua pulsionalidade para qual não há continência social.

⁸ Existe um debate sobre como nomear os elementos que compõem o mundo interno do sujeito (FIGUEIREDO, 2012). Ainda que a expressão “estrutura superegógica” guarde certa relação com a noção de superego freudiana, também deve ser pensada como qualquer elemento do mundo interno que mantenha uma relação de força com o eu, distinguindo-se deste último por sua destrutividade.

Diferentemente das manifestações pulsionais de sujeitos que encontram nos padrões heterossexuais sentido e significado na cultura, além de acolhimento, as manifestações da pulsionalidade de LGBTQIA+, por não estarem conformes as expectativas sociais, são tratadas como abjeção, fazendo a pulsionalidade voltar contra si mesma. Aqui estou propondo a ideia de que há uma heterossexualização do desejo através de um processo de disciplinarização identificatória (BUTLER, 2009). A pulsionalidade não tem identidade de gênero ou orientação sexual, mas é conformada a encontrar gratificação nas formas culturalmente aceitas de identidade de gênero e de orientação sexual ainda que o sujeito não dê conta da historicidade de seus circuitos pulsionais. Afinal, o sujeito é não-todo em sua identidade de gênero ou orientação sexual. Esta falta de reconhecimento faz com que heterossexuais tenham dificuldade em prantear as violências que incidem sobre as existências não-heterossexuais (BUTLER, 2015).

Ao falar de um dispositivo da sexualidade para descrever o processo histórico pelo qual a sexualidade se torna normalizada, Foucault (1988) acabou dando pouca atenção ao papel que a destrutividade tem na normalização da sexualidade, e vice-versa. Sexo e morte tendem a aparecer combinados de diferentes formas não apenas na vida psíquica, mas também na vida sociocultural. A analítica do poder foucaultiana foca, sobretudo, na dimensão produtiva do poder, dando pouca atenção a sua dimensão negativa. Pode parecer um contrassenso, já que muitos leem o pensamento de Foucault como um corte na filosofia política ocidental moderna que tendeu a tratar o poder como algo negativo, repressivo. Considero as dimensões produtivas e negativas do poder igualmente importantes, o que, em termos psicanalíticos, dizem respeito à pulsão de vida e de morte. Para dizê-lo de outro modo, em toda e qualquer forma de normatividade sexual há sempre algum grau de destrutividade voltada contra o próprio sujeito.

As estruturas negativas referidas anteriormente têm a ver com essa dimensão normativa. Isso não quer dizer que a pulsão se reduza a determinadas finalidades

elaboradas socialmente, mas que, ainda que mantenha uma relação de tensão com as formas culturais, também encontra expressão nessas mesmas formas. As estruturas negativas fazem parte da “vida psíquica do poder” (BUTLER, 2017b), uma economia subjetiva que funciona como uma forma de regulação (psico)sexual. As estruturas negativas se formam tanto em corpos heterossexuais como em homo/transcorporalidades de formas distintas cujos detalhamento fogem ao objetivo aqui proposto. Importa dizer, à luz dos objetivos do presente ensaio, que a cultura heterossexual e seus adeptos dão vazão a estas estruturas negativas através da violência contra os corpos que não se adequam à gramática heteronormativa ao passo que, em pessoas da comunidade LGBTQIA+, esta negatividade tende a se manter num nível intrapsíquico, voltando-se contra si mesmo na forma de vergonha, por exemplo.

No caso de pessoas LGBTQIA+, a pulsionalidade pode ficar sem representação, obrigando-a a ser clivada e pode formar estruturas superegóicas como tendências autodestrutivas. A homo/trans-negatividade internalizada é a manifestação desse componente depositado por práticas culturais avessas a modos de viver e experienciar o corpo, a sexualidade e gênero de maneira diferente da ficção heterossexual. É aí que a noção de micro-trauma ganha inteligibilidade, pois permite observar um conjunto de práticas sociais que disciplinam as formações identificatórias dos sujeitos. A identificação não é um processo puramente fortuito ou aleatório, mas político; existem certas expectativas sociais que indicam quais são os campos identificatórios legítimos daqueles que são abjetos. Édipo não é, portanto, a descrição de uma estrutura universal ou a condição de possibilidade de assunção de uma posição (sexual ou não) marcada pelo simbólico, mas uma tecnologia do poder. Trata-se de uma tecnologia pelo qual o sujeito é enfeitado e interpelado a assumir sua sexuação segundo o binário estabelecido pela norma heterossexual sob a ameaça de que, se não o fizer, estará condenado à abjeção.

Conforme lembra Judith Butler a propósito do narcisismo em Freud, a postulação da primazia da repressão leva “à reconsideração do problema do castigo em relação à formação da consciência e da sujeição social” (BUTLER, 2017b, p. 83). Não se deve ler o castigo numa chave que o reduza a uma “mera” punição física; seu sentido aqui sugerido engloba, além da violência física, os olhares de reprovação, os gestos, os risos, as “brincadeiras” etc. que servem de índices para que o sujeito regule sua atividade pulsional segundo certos parâmetros estabelecidos socialmente. O auto-ódio ou a culpa em relação a certas expressões não condizentes com a normatividade heterossexual de sexo/gênero demonstram que os processos de simbolização são dependentes de práticas sociais, do discurso. A normatividade cultural faz a pulsionalidade voltar contra o próprio sujeito, instituindo estruturas negativas como forma de (auto)regulação psíquico-corporal.

A temática do narcisismo, anteriormente introduzido, é uma das mais densas no âmbito da discussão psicanalítica, havendo compreensões muito diversas e conflitantes (FIGUEIREDO, 2018). Amíúde é causadora de muitos desentendimentos porque o termo aparece permeado de atitudes preconceituosas como se fosse sinônimo de egoísmo. A discussão sobre o narcisismo diz respeito à gênese do sentimento de *self* cuja existência é inseparável da existência do outro durante toda a vida. O *self* se ancora em certos valores estabelecidos pela cultura que nunca são unívocos e cujo significado está em constante disputa e mutação. A escolha da discussão do narcisismo se deve ao fato de que este tem sido ponto teórico importante para a rearticulação entre os paradigmas intrapsíquicos e intersubjetivos em psicanálise, trazendo uma renovação acerca dos processos de simbolização.

Haveria um narcisismo de vida e um narcisismo de morte (GREEN, 1988), sendo o primeiro ligado à busca por uma unidade e integração e o segundo, à destruição dos processos de ligação. O narcisismo de vida e de morte ajuda a compreender que a norma só é possível pelo engendramento de um narcisismo de morte, uma

destrutividade que se volta contra o próprio sujeito como a internalização de uma forma de autorregulação. Quando estamos falando de narcisismo, estamos falando do social pelo qual o sujeito emerge como tal, uma vez que à filogênese e à ontogênese é preciso acrescentar a sociogênese (FANON, 2008). A sociogenia implicar assumir o ponto de vista segundo o qual o corte entre o que conta como interno e o que conta como externo é operado pela ordem social cuja estrutura se se esforça para manter uma ilusão de independência em relação às práticas sociais que o constitui.

A negativização da pulsionalidade do sujeito forçada pelo objeto faz parte do processo em que a pulsão poderá ser clivada e/ou reprimida. A ideia de narcisismo de vida e de morte revela que o vínculo que o sujeito estabelece consigo mesmo pode ser de amor e de ódio. A relação estabelecida consigo mesmo e orientada por padrões culturais oferece apoio à normatividade sexual. A normatividade heterossexual opera de maneira a utilizar a destrutividade para a manutenção das fronteiras de sua ficção de que existem apenas dois sexos, dois gêneros e uma orientação sexual legítimas. A homo/transnegatividade que, em alguns casos, pode levar o indivíduo ao suicídio ou a automutilação é um exemplo de como a pulsão de morte integra os dispositivos de controle e de produção da subjetividade.

Transferência, contratransferência, continência e simbolização

A principal consequência retirada da discussão anterior é a da necessidade de uma escuta clínica em que a transferência e a contratransferência sirvam de horizonte à continência (BION, 2015) das formas de sofrimentos psíquicos ofuscados pela heterossexualidade como gramática de inteligibilidade do reconhecimento social dos seres sexuados. Quando o analista não reconhece a dor e o sofrimento decorrentes da violência homo/transfóbica através de interpretações adequadas ou de pontuações

compreensivas, poderá contribuir para uma “retraumatização” do paciente⁹. O analista atuará pela operação do segundo tempo da violência heterossexual traumatizante: a negação. O desafio é fazer o sofrimento de pessoas LGBTQIA+ decorrente da violência homo/transfóbica entrar no campo da figurabilidade/representação/simbolização (BOTELLA & BOTELLA, 2016) a partir da trajetória singular de cada paciente. Por essa razão, as ideias expostas neste último tópico não pretendem, obviamente, ser um receituário para o atendimento à comunidade LGBTQIA+, pois, como num jogo de xadrez (FREUD, 2017), só sabemos como a análise se inicia e como termina, sendo impossível prever a heterogeneidade de cada percurso, mantendo-se num horizonte de abertura à alteridade.

Não há espaço para fazer um recorrido sobre o conceito de transferência e contratransferência em psicanálise. Pretendo antes me apropriar das ideias às quais credito a possibilidade de responder à problemática principal do texto: inscrever o sofrimento na ordem figuração/representação/simbolização. Donald Winnicott (2000) relata que, em alguns quadros de adoecimento psíquico, não é possível desenvolver uma “neurose de transferência” à qual Freud (2017b) atribuiu papel fundamental no processo de análise. De acordo com Freud, o desenvolvimento da neurose de transferência se dá pela frustração às necessidades de gratificação por parte do paciente em que a abstinência e a neutralidade completam o quadro do analista ideal. Pessoas vítimas de experiências traumáticas não desenvolvem neurose de transferência no sentido freudiano, pois o que está em jogo não é um conflito psíquico entre forças opostas, mas um problema de constituição narcísica que impede o *self* de regular seus afetos em decorrência do acúmulo de violências sofridas. Nesta clínica, é necessário fazer continência às “estruturas negativas”, conforme discutido anteriormente, cujas

⁹ Tal perspectiva é coerente com os achados das pesquisas sobre microagressões no setting terapêutico em relação a pessoas LGBTQIA+ (Cf., por exemplo, ANZANI, SACCHI, PRUNAS, 2021; FATTORACCI, REVELS-MACALINAO, HUYNH, 2021; MORRIS, LINDLEY, GALUPO, 2020; SHELTON, DELGADO-ROMERO, 2011; WILLIAMS, 2020).

manifestações se revelam na expectativa de rejeição sentida por pessoas LGBTQIA+ e na homo/trans-negatividade internalizada, além de outras observadas pelo clínico.

No atendimento de pessoas traumatizadas, conforme aponta Winnicott, o analista/setting, considerados como ambiente, deve se adaptar às necessidades do paciente, de maneira a favorecer a regressão no exercício da função de sustentação simbólica (*holding*). Winnicott propõe que a clínica seja elástica (FERENCZI, 1992c) o suficiente para acolher manifestações de sofrimento psíquico não-neuróticos, aumentando as chances de sucesso terapêutico. Sociedades homo/transfóbicas tendem a impelir a comunidade LGBTQIA+ à adoção de um falso *self* (WINNICOTT, 2020), ao armário (SEDGWICK, 1990), em termos mais sociológicos, para atender as expectativas cis-heteronormativas. A atitude do analista de se ajustar às necessidades do analisando torna possível a regressão às diferentes formas de como a violência homo/transfóbica foi impetrada, favorecendo a apropriação desta experiência através da figurabilidade/representação/simbolização e respeitando a singularidade da trajetória de cada um, seu ritmo e seu tempo.

Ainda que seja de bom tom dizer que a psicanálise reivindica um “saber não-todo” em busca da escuta da singularidade do sujeito, as práticas clínicas e/ou teóricas dos psicanalistas parecem não condizer com tal perspectiva. O regime da diferença sexual subjacente às teorizações em psicanálise (PRECIADO, 2020) imputa à interpretação analítica uma violência. Esta “violência interpretativa” ao qual a comunidade LGBTQIA+ é vítima ao se deitar no divã decorre dos compromissos inconscientes (hetero)sexuais da teoria psicanalítica e dos psicanalistas e compõe a rede de violência instrumental de produção e normalização da identidades de gênero e sexuais no âmbito da heterossexualidade compulsória. A clínica da precariedade dedicada à análise de pessoas vitimizadas pela violência homo/transfóbica exige que o analista tenha entrado em contato suficiente com suas partes mais primitivas, seus prazeres, fantasias e sexualidade. Em seu próprio processo de análise, o analista precisa

ter conseguido fazer contato com o processo pelo qual se tornou sexuado, a escolha forçada de uma posição sexual marcada no simbólico. Precisa “atravessar a fantasia” individual e coletiva de que nasceu com o sexo ao qual diz pertencer ou com a orientação sexual que publiciza em suas relações sociais, desnaturalizando seu sexo, seu gênero e seu desejo. Ao elaborar suficientemente essas fantasias, o analista estará melhor habilitado a lidar com os sentimentos contratransferenciais que emergem nas sessões, colocando-os a serviço da terapêutica.

Finalmente, é essencial que o analista faça contato com as possíveis atitudes homo/transfóbicas que, por estarem tão naturalizadas socialmente, são praticadas de forma que não são percebidas como tal. Reconhecer-se como agressor, ou melhor, microagressor, em relação aos que estão fora da gramática heteronormativa é um passo importante e corajoso, não porque a agressividade represente a verdade do seu ser, mas por saber que a agressão é inerente à própria normatividade heterossexual, realizando-se no campo da fantasia, do afeto e da corporeidade. O gênero não é algo que o analista tem, é apenas o mecanismo pelo qual sua inteligibilidade no mundo se constituiu: não há apenas dois sexos, há tantos quanto forem os sujeitos. Os sentimentos contratransferenciais vivenciados servirão de fonte de criatividade para que juntos, analista e analisando, possam recompor suas próprias definições de gênero e suas compreensões sobre corpo. Não se trata mais de uma posição de neutralidade ou abstinência, ou de sustentar a ilusão de que a psicanálise é radicalmente diferente de outras práticas clínicas por não servir à ortopedia da normalização biopolítica, pois a ideia esconde seus comprometimentos inconscientes com a ordem (hetero)social à qual se crê imune. Trata-se antes de explorar o terceiro espaço, habitar o espaço transicional (WINNICOTT, 1975) como espaço de encontros e desencontros onde as produções e mutações da cultura e da norma acontecem. Para dizê-lo com Foucault (2006), o sexo no divã como obra de arte, criação e estética da existência.

Referências

- ANZANI, A.; SACCHI, S.; PRUNAS, A. Microaggressions towards lesbian and transgender women: biased information gathering when working alongside gender and sexual minorities. *J Clin Psychol*. 77(9):2027-2040, 2021. doi: 10.1002/jclp.23140.
- BALINT, M. **A falha básica**: aspectos terapêuticos da regressão. São Paulo: Zagodoni, 2014.
- BHAMBHANI, Y.; FLYNN, M. K.; KELLUM, K. K.; WILSSON, K. G. Examining sexual racism and body dissatisfaction among men of color who have sex with men: the moderating role of body image inflexibility. *Body Image*, 28, p. 142-148, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2019.01.007>.
- BION, W. **Transformations**. London: Heinemann, 1965.
- BION, W. **Aprendiendo a la experiencia**. Buenos Aires: Paidós, 2015.
- BION, W. "O ataque contra os vínculos". In: **No entanto... pensando melhor**. São Paulo: Blucher, 2022.
- BLOSNIH, J. R.; HENDERSON, E. R.; COULTER, R. W. S.; GOLDBACH, J. T.; MEYER, I. H. Sexual orientation change efforts, adverse childhood experiences, and suicide Ideation and attempt among sexual minority adults, United States, 2016-2018. *Am J Public Health*. 110(7):e1-e7, 2020. doi: 10.2105/AJPH.2020.305637.
- BOTELLA, C. & BOTELLA, S. "Figurabilidade psíquica e estados não representados". In: LEVINE, Howard B.; REED, Gail S.; SCRFONE, Dominique (orgs.). **Estados não representados e a construção do significado**: contribuições clínicas e teóricas. São Paulo: Blucher, 2016.
- BOWLBY, J. **Apego**: a natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRÄNSRÖM, R.; PACHANKIS, J. E. Sexual orientation disparities in the co-occurrence of substance use and psychological distress: a national population-based study (2008-2015). *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol*. 53(4):403-412, 2018. doi: 10.1007/s00127-018-1491-4.
- BURTON, C. M.; MARSHAL, M. P.; CHILSOM, D. J.; SUCATO, G. S.; FRIEDMAN, M. S. Sexual minority-related victimization as a mediator of mental health disparities in sexual minority youth: a longitudinal analysis. *J Youth Adolesc*. 42(3):394-402, 2013. doi: 10.1007/s10964-012-9901-5.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política**: hacia una teoría performativa de la asamblea. Buenos Aires: Paidós, 2017.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017b.
- COCHRAN, S. D.; MAYS, V. M.; SULLIVAN, J. G. Prevalence of mental disorders, psychological distress, and mental health services use among lesbian, gay and bisexual adults in the United States. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71, 53-61, 2003.
- DIAZ, R. M.; AYALA, G.; BEIN, E.; JENNE, J.; MARIN, B. V. The impact of homophobia, poverty and racism on the mental health of Latino gay men. *American Journal of Public Health*, 91, 927-932, 2001.
- DONAHUE, K.; LANGSTRÖM, N.; LUNDSTRÖM, S.; LICHTENSTEIN, P.; FORSMAN, M. Familial factors, victimization, and psychological health among sexual minority adolescents in Sweden. *Am J Public Health*. 107(2):322-328, 2017. doi: 10.2105/AJPH.2016.303573.
- DYAR, C.; NEWCOMB, M. E.; MUSTANSKI, B. Longitudinal associations between minority stressors and substance use among sexual and gender minority individuals. *Drug Alcohol Depend*. 201:205-211, 2019. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2019.03.032.
- DUNN, T. L.; GONZALEZ, C. A.; COSTA, A. B.; NARDI, H. C.; IANTAFFI, A. Does the minority stress model generalize to a non-US sample? An examination of minority stress and resilience on depressive symptomatology among sexual minority men in two urban areas of Brazil. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, vol. 1, n. 2, p. 117-131, 2013.

- ESPELAGE, D. L.; MERRIN, G. J.; & HATCHEL, T. Peer victimization and dating violence among LGBTQ youth: the impact of school violence and crime on mental health outcomes. **Youth Violence and Juvenile Justice**, 16(2), 156–173, 2018. doi <https://doi.org/10.1177/1541204016680408>
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FATTORACCI, E. S. M.; REVELS-MACALINAO, M.; HUYNH, Q. L. Greater than the sum of racism and heterosexism: intersectional microaggressions toward racial/ethnic and sexual minority group members. **Cultur Divers Ethnic Minor Psychol**. 27(2):176-188, 2021. doi: 10.1037/cdp0000329.
- FERENCZI, S. “Confusão de língua entre os adultos e a criança”. In: **Obras completas, vol. 4**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FERENCZI, S. “Análises de crianças em adultos”. In: **Obras completas, vol. 4**. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.
- FERENCZI, S. “Elasticidade da técnica psicanalítica”. In: **Obras completas, vol. 4**. São Paulo: Martins Fontes, 1992c.
- FIGUEIREDO, L. C. “Intersubjetividade e mundo interno: o lugar do campo superegótico na teoria e na clínica”. In: **As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2012.
- FIGUEIREDO, L. C. **Psicanálise: caminhos no mundo em transformação**. São Paulo: Escuta, 2018.
- FONAGY, P.; JURIST, E.; TARGET, M.; GERGELY, G. **Affect regulation, mentalization and the development of the self**. New York: Other Press, 2010.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. “Uma estética da existência”. In: **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREUD, S. “O mal-estar da civilização”. In: **Obras completas, volume 18**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. “Sobre o início do tratamento”. In: **Fundamentos da clínica psicanalítica**. São Paulo: Autêntica: 2017.
- FREUD, S. “Observações sobre o amor transferencial”. In: **Fundamentos da clínica psicanalítica**. São Paulo: Autêntica: 2017b.
- GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.
- GREEN, A. **El pensamiento clínico**. Buenos Aires: Amorrortu, 2014.
- HAYES, J. A.; CHUN-KENNEDY, C.; EDENS, A.; LOCKE, B. D. Do double minority students face double jeopardy? Testing minority stress theory. **Journal of College Counseling**, 14(2), 117–126, 2011. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1882.2011.tb00267.x>
- HENDRICKS, M. L., & TESTA, R. J. A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the minority stress model. **Professional Psychology: Research and Practice**, 43, 460–467, 2012.
- HILL, D. **Affect regulation theory: a clinical model**. USA: W. W. Norton & Company, 2015.
- HORVATH, K. J. et al. “HIV and other sexually transmitted infections within the gender and sexual minority community” In: SMALLEY, K. B. et al. (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.
- KERTZNER, R. M.; MEYER, I. H.; FROST, D. M.; STIRRATT, M. J. Social and psychological well-being in lesbians, gay men, and bisexuals: The effects of race, gender, age, and sexual identity. **American Journal of Orthopsychiatry**, 79(4), 500–510, 2009. <https://doi.org/10.1037/a0016848>
- KHAN, M. The concept of cumulative trauma. **Psychoanalytic Study of the Child**, 18, 286–306, 1963.

- KING, M.; SEMLYEN, J.; TAI, S. S.; KILLAPSY, H.; OSBORN, D.; POPELYUK, D.; NAZARETH, I. A systematic review of mental disorder, suicide, and deliberate self-harm in lesbian, gay and bisexual people. **BMC Psychiatry**, 8, 70, 2008.
- KRALIK, N.; SKINNER, D. "Health risk behaviors in the gender and sexual minority population". In: SMALLEY, K. B. et al. (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.
- LACAN, J. **O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LAPLANCHE, J. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000-2008)**. Porto Alegre: Dublinense, 2015.
- LEA, T.; DE WIT, J.; REYNOLDS, R. Minority stress in lesbian, gay, and bisexual young adults in Australia: associations with psychological distress, suicidality, and substance use. **Arch Sex Behav**. 43(8):1571-8, 2014. doi: 10.1007/s10508-014-0266-6.
- LEFEVOR, G. T.; BOYD-ROGERS, C. C.; SPRAGUE, B. M.; JANIS, R. A. Health disparities between genderqueer, transgender, and cisgender individuals: an extension of minority stress theory. **J Couns Psychol**. 66(4):385-395, 2019. doi: 10.1037/cou0000339.
- MAYS, V. M.; COCHRAN, S. D. Mental health correlates of perceived discrimination among lesbian, gay, and bisexual adults in the United States. **American Journal of Public Health**, 91:1869-1876, 2001.
- MEYER, I. H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health and Social Behavior**, 36, 38-56, 1995.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, vol. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.
- MEYER, I. H. Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, vol. 2, n. 3, p. 209-213, 2015.
- MORANDINI, J. S.; BLASZCZYNSKI, A.; DAR-NIMROD, I.; ROSS, M. W. Minority stress and community connectedness among gay, lesbian and bisexual Australians: a comparison of rural and metropolitan localities. **Aust N Z J Public Health**. 39(3):260-6. 2015. doi: 10.1111/1753-6405.12364.
- MORRIS, E. R.; LINDLEY, L.; GALUPO, M. P. "Better issues to focus on": Transgender microaggressions as ethical violations in therapy. **The Counseling Psychologist**, 48(6), 883-915, 2020. <https://doi.org/10.1177/0011000020924391>
- O'BRIEN, K. H. et al. "Suicide and self-injury in gender and sexual minority populations". In: SMALLEY, K. B. et al. (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.
- PARRA, L. A.; BENIBGUI, M.; HELM, J. L.; HASTINGS, P. D. Minority stress predicts depression in lesbian, gay, and bisexual emerging adults via elevated diurnal cortisol. **Emerging Adulthood**, 4(5), 365-372, 2016. <https://doi.org/10.1177/2167696815626822>
- PRECIADO, P. B. **Yo soy el monstruo que os habla: informe para una academia de psicoanalistas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2020.
- PUCKETT, J. A.; LEVITT, H. M.; HORNE, S. G.; HAYES-SKELTON, S. A. Internalized heterosexism and psychological distress: The mediating roles of self-criticism and community connectedness. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, 2(4), 426-435, 2015. <https://doi.org/10.1037/sgd0000123>
- RICH, A. "Compulsory heterosexuality and lesbian existence". In: ABELOVE, Henry et al. **The lesbian and gay studies reader**. London: Routledge, 1993, pp. 227-254.
- ROSARIO, M.; SCHRIMSHWA, E. W.; HUNTER, J. Psychological distress following suicidality among gay, lesbian, and bisexual youths: role of social relationships. **Journal of youth and adolescence**, 34(2), 149-161, 2005.

- ROUSSILLON, R. **Agonie, clivage et symbolization**. Paris: PUF, 1999.
- ROUSSILLON, R. **Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia**. São Paulo: Blucher, 2019.
- ROTHERAM-BORUS, M. J.; HUNTER, J.; ROSARIO, M. Suicidal behavior and gay-related stress among gay and bisexual male adolescents. **Journal of Adolescent Research**, 9:498–508, 1994.
- SAFREN, S. A.; HEIMBERG, R. G. Depression, hopelessness, suicidality, and related factors in sexual minority and heterosexual adolescents. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 67:859–866, 1999.
- SAVIN-WILLIAMS, R. C. Suicide attempts among sexual-minority youths: Population and measurement issues. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 69:983–991, 2001.
- SCHNEIDER, S. G.; TAYLOR, S. E.; HAMMEN, C.; KEMENY, M. E.; DUDLEY, J. Factors influencing suicide intent in gay and bisexual suicide ideators: Differing models for men with and without human immunodeficiency virus. **Journal of Personality and Social Psychology**, 61:776–788, 1991.
- SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet**. Berkeley / Los Angeles: University of California Press, 1990.
- SHELTON, K.; DELGADO-ROMERO, E. A. Sexual orientation microaggressions: the experience of lesbian, gay, bisexual, and queer clients in psychotherapy. **J Couns Psychol**. 58(2):210-21, 2011. doi: 10.1037/a0022251.
- SPITZ, R. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- TAN, K. K. H.; TREHARNE, G. J., ELLIS, S. J.; SCHMIDT, J. M.; VEALE, J. F. Gender minority stress: a critical review. **J Homosex**. 23;67(10):1471-1489, 2020. doi: 10.1080/00918369.2019.1591789.
- TEBBE, E. N.; MORADI, B. Anti-transgender prejudice: a structural equation model of associated constructs. **Journal of Counseling Psychology**, 59(2), 251–261, 2012. <https://doi.org/10.1037/a0026990>
- VALDISERRI, R. O.; HOLTGRAVE, D. R.; POTEAT, T. C.; BEYRER, C. Unraveling health disparities among sexual and gender minorities: a commentary on the persistent impact of stigma, **Journal of Homosexuality**, 66:5, 571-589, 2018. DOI: 10.1080/00918369.2017.1422944
- WALLACE, B. C.; SANTACRUZ, E. “Addictions and substance abuse in the LGBT community: new approaches”. In: RUTH, R., SANTACRUZ, E. (eds.). **LGBT psychology and mental health emerging research and advances**. Santa Barbara, California: Praeger, 2017.
- WEBER, G., DODGE, A. “Substance use among gender and sexual minority youth and adults”. In: SMALLEY, K. B. et al. (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.
- WILLIAMS, M. T. Microaggressions: clarification, evidence, and impact. **Perspectives on Psychological Science**. 15(1):3-26, 2020. doi:10.1177/1745691619827499
- WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- WINNICOTT, D. “Formas clínicas da transferência”. In: **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. “O conceito de falso self”. In: **Tudo começa em casa**. São Paulo: Ubu, 2020.
- WITTIG, M. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1994.

Clinics of precarious life in gender and sexuality: trauma, psychic suffering, and the productions of (ab)normality

Abstract: Supported by Judith Butler's concepts of precarious life and trauma and symbolization of the psychoanalytic tradition, we intend to explore the nuances of the psychological suffering of people in the LGBTQIA+ community resulting from homo/transphobic violence in its ethical-political dimension. Thus, the essay presents a set of reflections on the ways in which the traumatogenic effects of homo/transphobic violence play a fundamental role in the dynamics of normalization of sexual and gender identities guided by the regime of compulsory heterosexuality, the grid of socio-historical intelligibility of the manifestations of the body, gender, and sexuality of the modern West. In addition to trying to describe the dynamics of production of gendered identities, the hypothesis about the traumatogenic effect of homo/transphobic violence aims to explain the higher incidence of depression, anxiety, and risk behaviors such as suicide attempts and self-mutilation among the LGBTQIA+ population when compared to the heterosexual population as well as to discuss the most adequate analytical approach to such clinical incidences. The concept of "negative structures", elaborated in dialogue with psychoanalysis, insinuates the intrapsychic formations whose clinical manifestations are revealed in the expectation of rejection felt by LGBTQIA+ people and in internalized homo/trans-negativity that, not being opposed to – or unrelated to – intersubjective formations are expressions of power in shaping the subject's psychic life. Finally, it is argued in favor of a clinical listening in which transference and countertransference serve as a horizon for the continence of forms of psychic suffering overshadowed by heterosexuality as a social grammar of hegemonic recognition, as the absence of this recognition by the analyst contributes to suffering of LGBTQIA+ people remain outside the field of representation/symbolization, hindering the subjective appropriation by which the traumatogenic effect of homo/transphobic violence could be re-signified in the psychotherapeutic process.

Keywords: psychoanalysis, clinics, LGBTQIA+, trauma, Judith Butler.

Recebido: 23/10/2021

Aceito: 22/04/2022